

O jornalista Gilberto Dimenstein, ao produzir a obra "Cidadão de Papel", afirmou que a consolidação de uma sociedade democrática exige a garantia dos direitos fundamentais de um povo. No entanto, ao observar a negligente educação oferecida a deficientes auditivos, constata-se que esse direito não tem sido pragmaticamente assegurado na prática. Com efeito, é imprescindível enunciar o aspecto sociocultural e a insuficiência legislativa como pilares fundamentais.

Em primeira análise, torna-se evidente a influência do fator sociocultural. Sob tal perspectiva, é oportuno assimilar que, conforme o pensador Émile Durkheim, a sociedade deve ser analisada de maneira crítica e distanciada do senso comum. Nesse sentido, a proposta do sociólogo pode ser aplicada quando se analisa os preconceitos que envolvem o meio social, delimitando a participação dessas pessoas e suas necessidades especiais, dificultando seu acesso estudantil. Descarte, discorrer criticamente essa problemática é o primeiro passo para a consolidação de um país equânime.

Ademais, é cabível pontuar que a ineficácia das leis corrobora com a persistência da vicissitude. A esse respeito, o filósofo grego Aristóteles afirmou que o objetivo da política é promover a vida digna aos cidadãos. Nessa lógica, a conjuntura vigente contrasta o ideal aristotélico, posto que segundo a constituição de 1988, todo cidadão independente de sua vida dinâmica, tem por direito, acesso assegurado à educação. Diante disso, a pouca distribuição de materiais essenciais para a educação básica, assim como instituições com profissionais "bilíngues" para o manuseamento adequado da educação de surdos, tem se mostrado injusto perante a lei. Assim, medidas precisam ser tomadas pelas autoridades competentes, a fim de atenuar o revés.

Infere-se, portanto, que o imbrólio abordado necessita ser solucionado. Logo, a mídia, por intermédio de programas televisivos de grande audiência, irá discutir o assunto com profissionais especialistas nessa área, com o objetivo de mostrar as reais consequências da indisponibilidade educacional para surdos, apresentar visão crítica e orientar os espectadores a respeito do impasse. Essa medida ocorrerá pela elaboração de um projeto estatal, em parceria com as emissoras de televisão.